

Seja bem vindo e relaxe em resort idealmente situado no Oceano Índico e no centro da cidade de Maputo  
Parque privado de 10 hectares, 2 piscinas com bilhar, serviço de segurança 24 horas, centro de negócios, salão de cabeleireiro, loja africana, prática de fisioterapia  
Rua Dom Joao Castro, 321 Maputo - Moçambique \* Tels: 00258 21 492706/7 21 492806 \* Fax: 00258 21 492704 \* E-mail: miramarkayakwanga@tdm.co.mz



# DN

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Quinta-feira, 29 de Agosto de 2024 - Edição nº5154

De Segunda à Sexta - Editor interino: Laurindos Macuácuca - cell:820720400  
Propriedade: Media - Jornalistas Associados Limitada - GABINFO-Dispensa de Registo - DE-2003

Redacção e Administração: Rua Dom João Castro, 321 - Maputo - Moçambique

Telefone: 844719596 ou 875431598

E-mail: dndemoc@gmail.com

Assinaturas mensais: 700,00 MT (ordinária),  
1.300,00 MT (institucional) e 1.750,00 MT (embaixadas e ONGs estrangeiras)



25 anos ao seu dispor - Tel: 21 492706/7

Rua Dom Joao Castro, 321 - Maputo

miramarkayakwanga@tdm.co.mz

## ÁREA 4 DA BACIA DO ROVUMA, CABO DELGADO

# Consórcio da ExxonMobil inicia engenharia de base para exploração de gás

(Maputo) O consórcio Rovuma LNG, liderado pela petrolífera norte-americana ExxonMobil, iniciou a fase de engenharia de base na Área 4 da Bacia do Rovuma, Cabo Delgado, para explorar gás natu-

ral, anunciou ontem o Governo.

O Ministério dos Recursos Minerais e Energia referiu, em comunicado, que o consórcio avançou para a adjudicação e assinatura de “contratos competitivos” para engenharia, aquisição e construção do projecto.

“Esta fase, que deve durar aproximadamente 16 meses, representa a última etapa antes da tomada da Decisão Final de Investimento”, indica-se no comunicado.

O ministro dos Recursos Minerais e Energia, Carlos Zacarias,

⇒

## ANTES ABALADAS PELO ESCÂNDALO DAS “DÍVIDAS OCULTAS”

# Nyusi diz que diplomacia económica permitiu normalização relações com parceiros

(Maputo) O Presidente da República, Filipe Nyusi, disse ontem que a aposta na diplomacia económica implementada pelo seu Governo permitiu a normalização de relações com os parceiros internacionais, que

estavam abaladas pelo escândalo das “dívidas ocultas”.

“Estabelecemos, sem reservas, confiança com parceiros internacionais, incluindo o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, antes beliscada pelo endividamento fora de

padrões de transparência”, afirmou Nyusi, no discurso de aceitação do título de “Doutor Honoris Causa em Filosofia de Relações Internacionais”, outorgado ontem pela Universidade do Malawi.

O escândalo das dívidas ocultas

⇒

Publicidade

# DN

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

**CARO EMPRESARIO E LEITOR  
ANUNCIE SEUS SERVIÇOS E ASSINE O**

**DIÁRIO DE NOTÍCIAS**

considerou o desenvolvimento registado pelo Projecto Rovuma LNG um sinal de que este empreendimento estruturante está a ganhar forma.

“Encorajamos as concessionárias a continuarem a dar passos firmes para a obtenção de custos associados que tornarão o mesmo numa realidade”, disse Zacarias, citado no documento.

O presidente da ExxonMobil Moçambique, Frank Kretschmer, disse que a adjudicação e execução dos contratos FEED [engenharia de base] são um passo significativo para o desenvolvimento do projecto de “classe mundial Rovuma LNG”.

A ExxonMobil vai continuar a trabalhar com o Governo para maximizar os benefícios que o projecto vai criar para o país, acrescentou Kretschmer, também citado na nota.

O Projecto Rovuma LNG irá produzir, liquefazer e comercializar gás natural, a partir de reservatórios do bloco da Área 4 da Bacia do Rovuma e inclui a construção de 12 módulos de 1,5 milhões de toneladas por ano, cada.

“Espera-se que o desenho modular e eléctrico do Rovuma LNG, com módulos pré-fabricados a serem montados em Afungi, aumente a competitividade e a flexibilidade

do projecto e o desenho permita reduzir a emissão de gases de efeito de estufa”, refere-se no comunicado.

A petrolífera norte-americana ExxonMobil prevê tomar uma decisão sobre o projecto de extracção de gás natural no norte de Moçambique apenas em 2026, disse o Presidente Filipe Nyusi, após um encontro com o presidente da ExxonMobil Upstream, Liam Mallon.

“Centrámos as nossas discussões na fase de engenharia inicial do projecto, agora com planos para finalizar as aprovações e tomar a decisão final de investimento até 2026. Apresentando avanços significativos, ficou reiterado que este projecto será uma das iniciativas menos poluentes e com todo o potencial para um futuro promissor no sector de gás natural liquefeito”, explicou Nyusi, na altura.

O Projecto Rovuma LNG prevê produzir, em terra, 18 milhões de toneladas de gás natural liquefeito (LNG, na sigla em inglês), por ano.

A Área 4 é um contrato de concessão para exploração e produção no norte de Moçambique, formado em 70% pela MRV, entidade constituída pela ExxonMobil, Eni e China National Petroleum Corporation.

As restantes participações são

detidas pela ENH, KOGAS e e Galp, com 10%, cada.

Moçambique tem as terceiras maiores reservas de gás natural em África.

O país conta actualmente com três projectos de desenvolvimento aprovados para exploração das reservas de gás natural da bacia do Rovuma, classificadas entre as maiores do mundo, ao largo da costa de Cabo Delgado.

Dois desses projectos têm maior dimensão e prevêem canalizar o gás do fundo do mar para terra, arrefecendo-o numa fábrica, para o exportar por via marítima em estado líquido.

Um é liderado pela TotalEnergies (consórcio da Área 1) e as obras avançaram até à suspensão por tempo indeterminado, após um ataque armado a Palma, em Março de 2021, na altura em que a energética francesa declarou que só retomaria os trabalhos quando a zona fosse segura.

O outro é o investimento ainda sem anúncio à vista liderado pela ExxonMobil e Eni (consórcio da Área 4, em terra), tendo a petrolífera italiana um outro ‘offshore’ já praticamente em plena produção.

**(Redacção)**

## Nyusi diz que diplomacia económica permitiu normalização relações com parceiros

remonta a 2013 e 2014, quando o então ministro das Finanças, Manuel Chang, agora condenado pela justiça norte-americana, aprovou, à revelia do Parlamento, garantias estatais sobre os empréstimos da Proinducus, Ematum e MAM aos bancos Credit Suisse e VTB.

Descobertas em 2016, as dívidas foram estimadas em cerca de 2,7 mil milhões de dólares, de acordo com valores apresentados pelo Ministério Público.

Segundo Filipe Nyusi, após o “endividamento fora de padrões de transparência”, o país adoptou diversas políticas para mobilização de “recursos adicionais e mais oportunidades para financiar o desenvolvimento de Moçambique”.

A aposta em intensificar as relações de cooperação e amizade com outros

estados permitiu ainda que o país fosse eleito por unanimidade membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em Janeiro de 2023, avançou Filipe Nyusi.

“Em 2015, quando fomos investidos no nosso primeiro mandato, comprometemo-nos em forjar relações de amizade, baseadas no respeito muito”, declarou.

O Presidente também agradeceu o apoio internacional no combate ao terrorismo na província de Cabo Delgado, norte do país, realçando a ajuda militar prestada pela Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e pelo Ruanda.

Filipe Nyusi também destacou o incremento das relações com o Malawi, país da universidade que o outorgou o

título de “Doutor Honoris Causa”, como resultado da aposta na cooperação com os países vizinhos.

“Os malawianos não são vizinhos, os malawianos são irmãos, somos nós”, declarou Nyusi, recebendo uma enorme salva de palmas da plateia.

O chefe de Estado iniciou ontem uma visita de trabalho de dois dias ao Malawi, a convite do seu homólogo, Lazarus Chakwera, numa agenda que incluiu a sua presença na Feira Internacional Agrícola do Malawi.

Lazarus Chakwera recebeu a distinção de “Doutor Honoris Causa” pela Universidade Joaquim Chissano de Moçambique, no dia 15 deste mês, durante uma visita de trabalho a Maputo.

**(Redacção)**



# África Austral deve aprimorar a legislação sobre terrorismo

(Maputo) O ministro da Defesa defendeu ontem que os países da África Austral devem aprimorar a legislação sobre terrorismo, considerando a troca de experiências e adoptar uma abordagem holística fundamentais para travar a insurgência na região.

“Há necessidade de aprimorar e flexibilizar a legislação sobre o terrorismo, a troca de experiências sobre esta matéria a nível regional, bem como a visão que se tinha sobre a adopção de uma abordagem holística para o combate ao terrorismo na região e no continente”, declarou Cristóvão Chume.

Aquele responsável falava durante uma conferência sobre prevenção de conflitos na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que arrancou ontem em Maputo, juntando especialistas, governos e sociedade civil na capital moçambicana.

Para Chume, a experiência do apoio que Moçambique recebeu da SADC no combate ao terrorismo em Cabo Delgado trouxe resultados assinaláveis, com destaque para a desactivação de bases terroristas nos distritos de Muidumbe, Nangade e

Macomia, entre os mais afectados pelas incursões rebeldes naquela província do Norte do país.

“Houve destruição das bases [terroristas] em toda região onde a Missão Militar da SADC em Moçambique (SAMIM) esteve (...) Capturou-se diverso material militar, incluindo manuais táticos e doutrinários dos terroristas. Também lográmos eliminar os grandes comandantes operacionais e conseguimos resgatar mulheres, crianças e idosos, raptados e que se encontravam nas bases dos terroristas”, declarou.

A Missão Militar da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral em Moçambique (SAMIM, na sigla inglesa) entregou em 04 de Julho às autoridades moçambicanas diverso material bélico que capturou dos terroristas na província de Cabo Delgado, na conclusão da mesma.

A SAMIM estava em Cabo Delgado desde meados de 2021 e, em Agosto de 2023, a SADC aprovou o prolongamento por mais 12 meses, até Julho deste ano, prevendo um plano de retirada progressiva.

A missão compreendeu tropas de oito países da SADC, “trabalhan-

do em colaboração com as Forças Armadas de Defesa de Moçambique e outras tropas destacadas para Cabo Delgado”.

Desde Outubro de 2017, a província de Cabo Delgado, rica em gás, enfrenta uma rebelião armada com ataques reclamados por movimentos associados ao grupo extremista Estado Islâmico.

O último grande ataque deu-se em 10 e 11 de Maio, à sede distrital de Macomia, com cerca de uma centena de insurgentes a saquearem a vila, provocando vários mortos e fortes combates com as Forças de Defesa e Segurança de Moçambique e militares ruandeses, que também apoiam Moçambique no combate aos rebeldes.

Desde o início de Agosto, diferentes fontes no terreno, incluindo a força local, têm relatado confrontos intensos nas matas do posto administrativo de Mucojo (Macomia), envolvendo helicópteros, blindados e homens fortemente armados, com relatos de tiroteios em locais considerados como esconderijos destes grupos.

(Redacção)



## Montepuez Ruby Mining com segunda fábrica em 2025

**(Maputo)** A Montepuez Ruby Mining (MRM), a maior mina de rubis de Moçambique, anunciou ontem que exportou 1,3 milhão de quilates de rubis em 2023, o segundo maior exportador mineiro moçambicano, e prevê uma segunda fábrica em 2025.

“Os rubis recuperados na MRM são vendidos em leilão, com o calendário de leilões de 2023 a render 151,3 milhões de dólares, todos totalmente repatriados para Moçambique para garantir o pagamento justo dos impostos”, explicou ontem em comunicado a empresa, premiada pelo nível de exportações durante a 59.ª edição da feira FACIM, em Maputo.

Acrescenta que a MRM, que opera a mina em Cabo Delgado, “espera aumentar os níveis de produção e exportação a partir do segundo semestre de 2025, após o comissionamento bem-sucedido” da segunda unidade de processamento.

“A nova fábrica vai triplicar a capacidade de tratamento de material mineralizado, passando de 200 toneladas por hora para 600 toneladas por hora. Com este investimento, a MRM espera aumentar o seu contributo para a economia moçambicana e gerar mais emprego”, refere a informação da empresa.

A MRM é detida em 75% pela Gemfields e em 25% pela Mwiriti Limitada, uma empresa moçambicana.

Desde que a Gemfields adquiriu os 75% da MRM -- em Fevereiro de 2012, ano do início da exploração mineira, tendo os leilões de rubis iniciado dois anos depois --, a mina acumula receitas superiores a 1.055 milhões de dólares, pagando ao Estado moçambicano, no mesmo período, 257,4 milhões de dólares, segundo informação anterior da empresa.

No ano passado, a MRM pagou ao Estado moçambicano 53,2 milhões de dólares em ‘royalties’ e impostos.

A MRM é uma empresa moçambicana que opera no depósito de rubis de Montepuez, localizado no nordeste de Moçambique, na província de Cabo Delgado, abrangendo aproximadamente 33.600 hectares.

“Acredita-se que seja o depósito de rubis mais significativo recentemente descoberto no mundo”, refere a empresa, que garante ter criado localmente mais de 1.500 postos de trabalho, 95% dos quais para moçambicanos, sendo 65% oriundos de Cabo Delgado.

A produção de rubis em Moçambique disparou no segundo trimestre, depois da forte quebra nos primeiros três meses, e já está acima das previsões para 2024, segundo dados da execução orçamental noticiados este mês.

No total dos primeiros seis meses do ano, a produção de rubis em Moçambique

foi superior a 1,64 milhões de quilates, um aumento de 10% face ao mesmo período de 2023, segundo o relatório de execução orçamental de Janeiro a Junho, do Ministério da Economia e Finanças.

Essa produção tinha recuado 55% até Março, também em termos homólogos, para 252,6 mil quilates, segundo o relatório do primeiro trimestre, devido a problemas na maior mina nacional, da MRM.

“Relativamente ao rubi, importa reportar que durante o segundo trimestre assistiu-se a um crescimento exponencial da sua produção, com destaque para o desempenho da empresa SLR Mining, que assumiu a posição maior produtor deste recurso mineral. Esta empresa foi responsável pela produção de mais de 70% do total”, lê-se no relatório semestral.

O Governo definiu a meta de produção de 3.080.895,32 quilates de rubis em todo o ano 2024, pelo que o registo dos primeiros seis meses -- 1.640.710,60 quilates -- já representa uma concretização de 53% do objectivo anual, quando no primeiro trimestre foi de 8%.

No relatório sobre a balança de pagamentos do primeiro trimestre é referido que as receitas provenientes da exportação de rubis recuaram de 25,6 milhões de dólares, de Janeiro a Março de 2023, para 5,2 milhões de dólares no mesmo período deste ano. **(Redacção)**

### **APÓS INTERRUPÇÃO TÉCNICA**

## INATRO retoma emissão de cartas de condução e matrículas

**(Maputo)** O Instituto Nacional dos Transportes Rodoviários (INATRO) anunciou a retoma dos serviços de emissão de cartas de condução e atribuição de matrículas, após uma interrupção técnica causada pela ruptura de um cabo de fibra óptica, segundo informou terça-feira em comunicado.

O porta-voz do INATRO, Napoleão Sumbane, informou que os serviços foram restabelecidos na noite de segunda-feira (26), após um período de suspensão que causou prejuízos e acumulação de processos. “Neste momento, estamos a atender os cidadãos

normalmente”, declarou.

De acordo com a informação, a interrupção dos serviços teve origem na ruptura de um cabo de fibra óptica da Moçambique Telecom (Tmcel), que fornece o sinal ao centro de dados do INATRO, incidente que levou o organismo a emitir um alerta sobre a paralisação temporária dos serviços.

Napoleão Sumbane reconheceu os inconvenientes causados pela suspensão e assegurou que estão a ser implementadas medidas para compensar o tempo que os serviços estiveram parados. “Estamos a trabalhar para

acelerar o atendimento e reduzir o impacto nos cidadãos que foram afectados”, explicou.

Este não é o primeiro incidente relacionado com a emissão de cartas de condução em Moçambique. Em Janeiro de 2022, o país enfrentou uma suspensão na emissão de cartas de condução biométricas devido a uma dívida com a empresa Brithol Michcoma que produzia os documentos. A situação só foi resolvida seis meses depois, com a contratação de uma nova empresa para o serviço.

**(Redacção)**